

MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFRB: 10 ANOS DE COMPROMISSO COM A ESCOLA PÚBLICA E A FORMAÇÃO DAS EDUCADORAS E EDUCADORES DO CAMPO

MASTERS IN COUNTRY EDUCATION FROM UFRB: 10 YEARS OF COMMITMENT TO PUBLIC SCHOOLS AND THE TRAINING OF COUNTRYSIDE EDUCATORS

Mônica Castagno Molina¹
Salomão Mufarrej Hage²

Resumo

Este artigo reflete sobre o Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO), que oferece o Mestrado Profissional em Educação do campo no Centro de Formação de Professores da Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB), o único que possui sua área de concentração na Educação do Campo, e que no ano de 2023 completou 10 anos de existência, desenvolvendo ações formativas e de investigação alinhadas com a formação de professoras/es das redes públicas de ensino, de gestores públicos e lideranças dos movimentos e organizações sociais do campo, referenciados com as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e a Política Nacional de Educação na Reforma Agrária. Orientados pelo levantamento bibliográfico e documental, analisamos suas contribuições com a defesa da escola pública e a as políticas de formação de educadoras/es, questões prioritárias para o Movimento da Educação do Campo enquanto agenda de luta e mobilização em seus 25 anos de existência.

Palavras-chave: Educação do Campo. Pós-Graduação. Formação de Professores. Políticas Educacionais. Pedagogia da Alternância.

Abstract

This article reflects on the Post-graduate Program in Rural Education (PPGEDUCAMPO), which offers a Professional Master's Degree in Rural Education at the Teacher Educating Center of the University of Recôncavo da Bahia (UFRB), the only one that has its area of concentration in Rural Education, and which in 2023 completed 10 years of existence, developing educating and research actions aligned with the educating of teachers in public school systems, public managers and leaders of rural social movements and organizations, referenced with the Operational Guidelines for Rural Education and the National Policy for Education in Agrarian Reform. Guided by the bibliographic and documentary survey, we analyze its contributions to the defense of public schools and policies for the educating of teachers, priority issues for the Rural Education Movement as an agenda of struggle and mobilization in its 25 years of existence.

¹ Docente da Universidade de Brasília – UnB. Doutora em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. E-mail: mcastagnamolina@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9901-9526>

² Docente do Programa de Pós- graduação em Educação de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal do Pará. Doutor em Educação e Currículo pela PUC-SP. E-mail: salomao_hage@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2859-1346>

Keywords: Rural Education. Post-graduate Studies. Teacher Educating. Educational Policies. Pedagogic of Alternation.

Introdução

O Movimento da Educação do Campo desde final dos anos 90 do século XX vêm protagonizando um conjunto de lutas e mobilizações sociais no Brasil contra o histórico descaso Estado vem dispensando aos povos do campo, das águas e das florestas, seja com relação ao e democratização da terra e seja em relação à garantia do Direito à Educação, já assegurada a todos os cidadãos brasileiros, à educação escolar; e com isso vem construindo ações coletivas potentes de resistência, como a Educação do Campo, que se forjou como categoria teórica e política no âmbito deste movimento político-educacional, em meio a uma aliança formada pelos movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, as Universidades e o poder público.

Este Movimento neste ano de 2024 completa 25 anos de existência e sua abrangência e significância pode ser visualizada por meio do extrato da carta manifesto dos 20 anos da Educação do Campo e do Pronera, onde os participantes do evento assim se manifestaram:

Não é possível mais que os próximos livros de história da educação do Brasil não tenham a eles acrescido um capítulo a respeito do que significou a experiência da construção do PRONERA e da Educação do Campo. Nós inserimos uma nova periodização no ensino da educação brasileira, resultado do significado do conjunto da imensa diversidade de práticas pedagógicas que todos juntos construímos nesses 20 anos nos diferentes níveis de escolarização, da Educação Básica à Educação Superior, incluindo a Pós-Graduação. Nas diferentes áreas da Pós-Graduação, mas também nas experiências fundamentais da Educação Popular que vimos materializando juntos nesses 20 anos fez com que tenhamos agora um novo capítulo da história da educação brasileira. E tem vários elementos que nós consideramos como fundamentais, que nos ajudam a sustentar esta tese de que é necessário aumentar a periodização da história da educação brasileira com um capítulo sobre a Educação do Campo e sobre o PRONERA. (MOLINA, 2018. p.36-37)

A relevância e potencialidade deste Movimento tem sido alcançado com a inclusão da Educação do Campo na agenda educacional do país, resultante de sua práxis educativa assumir como horizonte formativo o

cultivo de uma sociabilidade pautada na superação das formas capitalistas de organização do trabalho e do trabalho docente, na associação livre das/os trabalhadoras/es, na solidariedade e na justa distribuição social da riqueza e dos conhecimentos produzidos coletivamente pelos seres humanos.

As universidades públicas no âmbito deste movimento têm sido provocadas e respondido com a sua participação efetiva na formulação de políticas, programas e práticas educativas, valorizando o protagonismo dos movimentos sociais nesse processo. Este é o caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que desde a sua criação em 2005, vem incluindo a Educação do Campo, inicialmente através de projetos de pesquisa e extensão, posteriormente com a oferta de cursos de graduação e em 2013, em nível de pós-graduação, com a oferta do Mestrado Profissional em Educação do Campo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO/UFRB).

Este artigo, apresenta reflexões sobre o Mestrado Profissional em Educação do Campo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) do campus Amargosa, da UFRB, o único que até o presente momento no Brasil, possui como área de concentração a Educação do Campo e que desde sua criação tem contribuído com a formação de professores(as) das redes públicas de ensino, gestores(as) públicos e articuladores(as) dos movimentos sociais do campo para implementar o projeto de Educação do Campo delineado com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, 03/04/2002) e a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Decreto nº 7.352, 04/11/2010). (BARRETO et al, 2023)

Sua construção se fundamenta no levantamento bibliográfico e documental que realizamos sobre o Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo no âmbito do seu Programa de Pós-Graduação e de suas produções acadêmicas em seus dez anos de existência (2013 – 2023), orientado pelas referências do materialismo histórico dialético, com destaque para as contribuições que o Mestrado tem ofertado sobre a defesa e consolidação da escola pública do campo e sobre as políticas e práticas de formação de educadoras e educadores do campo, pautas prioritárias, entre as demandas do Movimento da Educação do Campo na atualidade.

Ao longo de sua trajetória de uma década de existência, o Mestrado Profissional em Educação do Campo, apresenta como singularidade a organização do Curso em Alternância, para oportunizar a participação de mestrandos e mestrandas vinculadas à instituições e organizações

camponesas de diferentes regiões do estado da Bahia e de outros estados, das regiões Nordeste, Norte e Sudeste, e assim, contribuir com a qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, valorizando a diversidade e a identidade das escolas do campo e das comunidades camponesas, e considerando as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo. (BARRETO et al, 2023)

Importante esclarecer que ao promover a formação de mestres e mestras que atuam como professores(as), coordenadores(as) e gestores(as) da escola básica; agentes públicos que atuam em órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual e federal; lideranças e militantes dos movimentos e redes sociais e sindicais do campo, o Curso de Mestrado agrega três segmentos da classe trabalhadora que são fundamentais na construção do Projeto Político e Pedagógico das escolas do Campo. E com sua natureza profissional, além de contribuir com a ampliação da produção acadêmica sobre a Educação do Campo, destaca-se com a realização de trabalhos técnicos e a promoção de ações extensionistas com a formação de professores nas redes municipais e estaduais de ensino, movimentos e organizações sociais e comunidades tradicionais, referenciados com as produções acadêmicas em diferentes formatos de seus egressos. (Idem, 2023)

Essas especificidades justificam a elaboração deste artigo sobre o Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, que se encontra organizado em duas sessões, além da Introdução e das considerações finais. A primeira analisa as contribuições do Curso sobre a defesa e o fortalecimento das escolas públicas do campo e a segunda aborda as ações e produções do Mestrado sobre as políticas de formação de professoras e professores; ambas as questões prioritárias para o Movimento da Educação do Campo enquanto agenda de luta e mobilização em seus 25 anos de existência.

A Defesa e o Fortalecimento das Escolas Públicas do Campo como Questão Prioritária na Práxis do Mestrado Profissional em Educação do Campo

Na *Plataforma da Educação do Campo* do Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC, construída em diálogo com os fóruns e comitês estaduais de educação do campo, movimentos e organizações sociais e sindicais populares dos povos tradicionais e camponeses, instituições de ensino superior públicas e redes de ensino para a agenda política do Governo Lula, como também para os governos estaduais

e parlamentares eleitos, com a intencionalidade de afirmar as Políticas Públicas de Educação do Campo e dotá-las de plena potencialidade na garantia do Direito à Educação dos povos do campo, podemos encontrar as proposições do Movimento da Educação do Campo para o fortalecimento das Escolas do Campo:

“Implementar políticas públicas estruturantes da Escola do Campo, conforme estabelecem as legislações específicas da Educação do Campo, demarcando o fortalecimento do PRONACAMPO, com estrutura no Ministério da Educação e financiamento suficiente para sua efetivação, de modo a combater o fechamento das Escolas do Campo e suas consequências, a política de nucleação vinculada ao transporte escolar, o analfabetismo nos territórios rurais, a reforma do ensino médio e a oferta exclusiva por mediação tecnológica;

Afirmar a Educação do Campo como modalidade específica da Educação Básica e efetivá-la, em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, em todas as suas etapas: Infantil, Fundamental e Médio bem como nas suas modalidades da educação das pessoas com deficiência e na Educação de Jovens e Adultos no território camponês, considerando sua diversidade sociocultural e territorial, articulando as práticas educativas das escolas com o fortalecimento das comunidades e territórios do campo, e confrontando com a Reforma do Ensino Médio, a BNCC e a BNC Formação, que se referenciam pela perspectiva gerencialista e urbanocêntrica de educação;

Assegurar a participação do FONEC nas comissões de monitoramento da gestão e do financiamento da educação nas escolas situadas em áreas rurais assim como dos planejamentos de programas e projetos educacionais, de modo a inserir no novo Plano Nacional de Educação um aumento considerável de recursos por estudante nas Escolas do Campo, necessário para promover o desenvolvimento de processos educativos com qualidade social, que requer: o acesso e permanência dos estudantes na escola; a gestão democrática; o enfrentamento da precarização das escolas no campo; a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento de plataformas públicas e softwares livres para as atividades educativas.

Reconhecer a Pedagogia da Alternância como estratégia de formação dos sujeitos e educadores/as do campo, que estabelece a articulação intrínseca dos processos formativos com os diversos modos de trabalho e especificidades que

configuram os territórios e territorialidades camponesas, com seus tempos, espaços, saberes e formas de organização próprias” (FONEC, 2022)

O Movimento da Educação do Campo em sua plataforma demanda políticas estruturantes com financiamento para combater o fechamento de escolas e o analfabetismo nos territórios rurais; que promovam uma educação diferenciada reconhecida pela LDB, com financiamento adequado para assegurar a qualidade da educação e superar a precarização das escolas, reconhecendo a formação em Alternância como estratégia formativa que articula Educação-Trabalho-Território e reconhece que diferentes tempos/espaços/saberes são formativos dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. Essas demandas são necessárias para fortalecer as escolas públicas do campo, profundamente ameaçadas com o avanço da política de nucleação vinculada ao transporte escolar, conforme evidenciam os dados a seguir:

No Brasil:

- 160.695 escolas foram fechadas – 109.173 rurais e 51.522 urbanas, entre 2000 e 2023.
- 32.083 escolas encontravam-se paralisadas em todo o país, 18.811 rurais e 13.272 urbanas (FPEC, 2024 - Censo Escolar de 2023)

Estes dados foram compartilhados no *VII Seminário de combate ao fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas no Estado do Pará*, promovido pelo *Fórum Paraense de Educação do Campo* em junho de 2024 e produzidos com base no Censo Escolar de 2023, com o apoio do *Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, das Águas e das Florestas nas Amazônias – GEPERUAZ*.

Eles apontam a gravidade do fenômeno do fechamento das escolas do campo em todo país, e podem ser complementados com a informação de que o Estado da Bahia seja o ente da Federação que mais fechou escolas no Brasil, entre os anos de 2000 e 2023. Foram 21.181 escolas fechadas neste período, sendo 3.850 urbanas e 17.331 rurais, permanecendo ainda com 3.219 escolas paralisadas em todo o estado, sendo 784 escolas urbanas e 2.435 rurais, segundo dados do Censo Escolar do INEP, 2023, sistematizados pelo GEPERUAZ.

Este cenário justifica o fato do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB estabelecer entre seus objetivos específicos: *Qualificar educadores(as) para redefinir suas práticas pedagógicas e os modelos de*

gestão das escolas do campo (UFRB, 2024); tornando-os mais preparados para incidir com suas práticas educativas nas escolas, melhorando sua qualidade educacional e ampliando os processos de gestão educacional, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar unidos pela defesa e fortalecimento das escolas públicas do campo.

Da mesma forma o Curso de Mestrado possui entre suas três linhas de concentração, uma que aborda a *Formação de Professores e Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo*, que em seu descritor assim se autodefine:

Reúne discussões que abordam a formação de professores e educadores, e a aspectos relativos à Organização do Trabalho Pedagógico nas escolas do campo. Assim, poderá ter enquanto objeto de estudo e/ou intervenção: a escola do campo, processos de alfabetização, escolarização e profissionalização no/do campo, a formação de professores, a diversidade étnico racial nas escolas do campo, acesso e permanência da juventude campesina à Universidade, gestão da escola, gestão de projetos institucionais, financiamento da educação, projeto político-pedagógico, didática, currículo e avaliação no contexto da escola seriada, multisseriada ou organizada em ciclos de aprendizagem, sempre orientados para a investigação da escola do campo. (UFRB, 2024)

O escopo dessa área de concentração é muito abrangente, porém, ao pautar os estudos sobre a organização do trabalho pedagógico como estratégico para intervenção na realidade das escolas do campo, a Linha define prioritariamente, enquanto questões a serem aprofundadas: os processos de alfabetização, a escolarização articulada à profissionalização, a diversidade étnico-racial, a gestão da escola, o financiamento da educação, e o projeto político-pedagógico, didática, currículo e avaliação, considerando a seriação, multisseriação e os ciclos de aprendizagem como a organização do ensino; todas absolutamente essenciais para o fortalecimento e valorização das escolas públicas do campo e indispensáveis para evidenciar o papel social das escolas do campo na atualidade.

Muitas dessas questões têm sido abordadas no projeto de Educação do Campo delineado pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB no. 01, de 03/04/2002 e Resolução CNE/CEB n. 02 de 28 de abril de 2008) e pela Política Nacional Educação do Campo e o Programa Nacional de de Educação d na Reforma Agrária (Decreto nº 7.352, 04/11/2010) que se destinam à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações

do campo, respeitando a diversidade e a identidade das escolas do campo e das comunidades camponesas, em articulação com a realidade socioeconômica, cultural, ambiental, política, de gênero, geracional, de raça e etnia do campo e, com o mundo do trabalho, considerando as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo. (BARRETO et al, 2023)

Na Resolução CNE/CEB nº. 01, de 03/04/2002, que define *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo*, encontramos parâmetros que definem a identidade da Escola do Campo e a valorização da diversidade do campo nas propostas pedagógicas a serem implementadas nas escolas do campo:

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Art. 2º)

(...) As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (Art. 5º)

A importância da Resolução de 2002, consiste em ser a primeira legislação específica que aborda a Educação do Campo, resultante da pressão dos movimentos sociais em articulação com as instituições de Educação superior e muitas outras organizações da sociedade civil e do governo federal também, numa ação propositiva de construção de políticas e legislações com a participação efetiva dos movimentos e organizações sociais e sindicais representativos dos povos do campo.

Apresentar referências sobre a identidade da Escola do Campo, vinculando-a aos modos de vida dos povos camponeses, aos tempos e saberes que utilizam na produção de sua existência e o resgate da memória coletiva da trajetória de luta e de conquistas desses povos, evidencia o protagonismo dos movimentos sociais camponeses de incidência na construção e definição dessa legislação; fortalecido com a possibilidade de utilização da rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade como estratégia para a melhoria da qualidade de vida nos territórios camponeses.

Da mesma forma, o reconhecimento da diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, tornou-se uma exigência para o processo educativo que se efetiva nas escolas do campo, e um posicionamento político importante, tendo em vista que as referências hegemônicas que incidem sobre a escolarização no país, vem considerando as orientações das políticas neoliberais, que caminham no sentido oposto dos movimentos sociais, buscando padronizar o currículo, a gestão e a avaliação em nossas escolas.

Na Resolução CNE/CEB n. 02 de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, encontramos parâmetros que priorizam a oferta da Educação dos sujeitos no campo no seu próprio território e o apoio dos gestores educacionais com a melhoria de infraestrutura das escolas do campo:

A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§ 1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

§ 2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental. (Art. 3º)

Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.

Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo. (Art. 4º)

(...) A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo. (Art. 7º)

Como o próprio nome indica, as Diretrizes de 2008 foram definidas para ratificar e ao mesmo tempo aprofundar, a necessidade do estabelecimento de parâmetros de qualidade a serem assegurados no processo de escolarização ofertado aos sujeitos do campo, das águas e das florestas, uma vez que a legislação educacional mais ampla, já assegura a todos parâmetros de qualidade bem definidos, mas que nem, sempre são efetivados em relação aos territórios dos povos tradicionais e camponeses.

A importância de abordarmos em uma legislação específica a oferta da escolarização da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas próprias comunidades onde os estudantes vivem, se torna uma estratégia importante para enfrentar as ameaças que as escolas enfrentam quando encontram-se localizadas nas pequenas comunidades do campo, onde o número de estudantes não é muito extenso e onde as condições de oferta, em geral, ocorre por meio de escolas ou turmas multisseriadas, com infraestrutura precária. Este foi o motivo da aprovação da Resolução de 2008, infelizmente, pouco conhecida e cumprida pelos gestores educacional, nos estados e municípios brasileiros.

Essa Resolução é clara quanto à definição de oferta da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino fundamental, que envolve crianças muito pequenas, que o atendimento deve ser na própria comunidade onde eles moram, e mais, se por acaso isso não for possível, que seja intracampo, depois de ouvir a comunidade, o que nunca é respeitado na decisão dos gestores educacionais, que em geral, só comunicam suas decisões aos pais e se orientam em suas ações, não pela legislação em vigor, mas pela relação custo-benefício.

A mesma situação ocorre com a precarização das escolas do campo, a legislação assegura condições de oferta dignas, com tudo aquilo que os cidadãos e cidadãs brasileiras têm direito, independente do território onde vivem. Nossa luta tem que ser árdua para que a legislação educacional seja cumprida e que os direitos dos povos do campo sejam assegurados, esse tem sido um compromisso assumido pelo Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, aliado ao Movimento da Educação do Campo na Bahia e em todo o Brasil.

E sobre o Decreto nº 7.352, 04/11/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, nele encontramos parâmetros que definem o entendimento de Populações do Campo e de Escola do Campo:

§ 1o Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:
I - Populações do Campo: os agricultores familiares, os

extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;

II - Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2o Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1o.

§ 3o As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação. (Brasil, 2010 – Art. 1o)

As Diretrizes Operacionais (2002 – Art. 5º), e As Diretrizes complementares (2008 – Art. 1º), já explicitaram em seu conteúdo a importância do reconhecimento da diversidade no atendimento educacional dos povos do campo, no entanto, o Decreto de 2010, aprofunda esta discussão ao definir com mais clareza os seguimentos que constituem a populações do campo, reconhecendo sua sociodiversidade e vinculação à produção de suas condições materiais de existência a partir do trabalho nos territórios rurais. O texto acima apresenta com bastante clareza essa questão; assim como define o que é uma escola do campo, estabelecendo sua vinculação pela presença da escola no território, como também, pela presença do agrupamento dos sujeitos do campo em outro território, assegurando a identidade da escola com a presença da territorialidade camponesa em outros territórios.

O Mestrado Profissional de Educação do Campo da UFRB, ciente da importância da compreensão dessas definições para a garantia do Direito à Educação dos povos do campo, tem desenvolvido suas atividades acadêmicas e formativas com o reconhecimento de que o Decreto de 2010 de fato instituiu a política de Educação do Campo, determinando a necessidade de formulação do projeto político-pedagógico das escolas do campo e de valorização e controle social das escolas do campo, com os mecanismos para superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo e as especificidades dos recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários a serem encaminhados às escolas do campo:

§ 4o A Educação do Campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto políticopedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo. (Art. 1º)
(...) São princípios da Educação do Campo:

II - Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curricular e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (Art. 2º)

Entre os mecanismos de enfrentamento às desigualdades históricas impostos aos povos do campo (Art. 3º), o referido Decreto destaca: redução dos indicadores do analfabetismo (I); garantia do fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico (III); contribuição para a inclusão digital (IV); Ele estabelece que (...) Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários atendam às especificidades com conteúdos relacionados aos saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos. (Art. 6º)

Tantos os princípios como os mecanismos de enfrentamento às desigualdades relacionados à Educação do Campo estabelecidos pelo Decreto de 201 têm sido abordados nos 74 trabalhos produzidos no âmbito do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, entre 2013 e 2020, segundo levantamento realizado por Verdério (2023), que em sua sistematização encontrou, no que tange ao formato, 32 dissertações e 42 produtos acadêmicos-científicos, identificados por suas/seus autoras/es como: Relatório de

Pesquisa, Relatório Técnico, Relatório Técnico-Científico, Relatório Teórico-Metodológico, Caderno Pedagógico, Livro Paradidático, Material Didático, Cartilha, Documentário, Artigo, Catálogo, Livro e Encarde de Vídeo. (VERDÉRIO, 2023, p. 58)

Em termos de suas temáticas, do total de 74 produções do referido Mestrado, o levantamento de Vedério constatou 09 produções do referido Mestrado voltados para a *Organização do Trabalho Pedagógico na Escola do Campo*, 06 produções voltadas para os *Marcos Normativos e Política de Educação do Campo*, 05 produções voltadas para as *Classes Multisseriadas*, e 02 produções voltadas para as Práticas pedagógicas na Escola do Campo; evidenciando o compromisso do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB com o fortalecimento das escolas públicas do campo, segundo o nosso entendimento. Na seção seguinte refletimos sobre o compromisso do Mestrado com as políticas de formação de professoras e professores do campo, em articulação com a agenda prioritária do Movimento da Educação do Campo.

O Mestrado Profissional em Educação do Campo e as Contribuições das Pesquisas sobre as Políticas de Formação de Educadores do Campo Desenvolvidas pelo Programa

Nesta segunda parte do artigo queremos trazer alguns elementos para o diálogo, extraídos dos resultados de pesquisas produzidas no Mestrado Profissional em Educação do Campo, do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a partir de trabalhos realizados na Linha de Pesquisa “Formação de Professores e Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo”.

Esta Linha existe desde o início do Programa e tem produzido, nestes dez anos de sua atuação, trabalhos extremamente relevantes para o acúmulo teórico da Educação do Campo, pois tem conseguido tratar de forma indissociável a formação de educadores e a atuação destes nas Escolas do Campo, recuperando um vínculo original que embora devesse parecer óbvio, muitas vezes, é tratado de forma apartada; separada; dicotomizada, nos processos formativos.

Uma das causas recorrentes deste problema tem sido o distanciamento dos docentes que atuam na formação dos educadores na Educação Superior, do vínculo orgânico e permanente com as escolas de Educação Básica. No caso dos docentes que atuam no Mestrado

Profissional em Educação do Campo, do Centro de Formação de Professores (CFP), da UFRB, um dos fatores muito positivos e que traz grande contribuição para superação deste afastamento, é a inserção de parte relevante do corpo docente desta pós-graduação nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo da UFRB, bem como também sua forte ligação, através de diversos projetos de extensão e pesquisa, com as Escolas do Campo da Bahia.

De acordo com a pesquisa realizada nos Lattes dos docentes do referido Programa, parte significativa deles tem atuação nas LEdoCs, o que contribui sobremaneira para o cultivo de uma relação mais permanente e constante com as Escolas do Campo, dado a própria modalidade de oferta desta Licenciatura: a Alternância Pedagógica, que propõe; estimula e promove um vínculo intenso com as Escolas do Campo. Também há vários docentes envolvidos em ações de formação continuada, trabalhando com o Escola da Terra; com as Escolas Famílias Agrícolas; com as escolas dos assentamentos e acampamentos, entre outras diferentes unidades escolares do campo e das águas, o que tem contribuído sobremaneira com passos importantes em direção à superação da clássica apartação citada como um persistente problema na formação docente em nosso país.

Tivemos a oportunidade de fazer um aprofundada leitura dos trabalhos produzidos pelo Mestrado Profissional em Educação do Campo, ao termos o privilégio de ler 15 pesquisas produzidas, à época, em suas duas Linhas de Pesquisa³, e naquele contexto já destacávamos que, o referido Programa tem realizado um trabalho extremamente importante para o conjunto da Educação do Campo brasileira, pois podemos perceber em seus diversos produtos, “ a assunção nas pesquisas de um claro compromisso com a classe trabalhadora e com a produção do conhecimento científico como uma ferramenta capaz de contribuir com a promoção da emancipação política, acumulando forças para as lutas das necessárias transformações estruturais que, de fato, nos levem à emancipação humana”. (MOLINA, 2022)

Trata-se, portanto, de um Programa de Pós-graduação muito diferenciado dos demais: não só por ser o único *Stritu Sensu* em Educação do Campo no país, e por conseguir garantir a oferta de pós graduação também na modalidade da Alternância, mas, principalmente pelo relevante e histórico compromisso que tem assumido, nestes 10 anos de existência, com os sujeitos coletivos do campo, das florestas e das águas.

³ As duas Linhas daquele período eram: Linha 1) Formação de professores e Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo e Linha 2) Movimentos Sociais e Educação do Campo. Atualmente, o Programa estrutura-se em 3 Linhas: Linha 2 que passou a ser intitulada Agroecologia, Trabalho e Movimentos Sociais do Campo, e foi criada a Linha 3, Cultura, Raça e Gênero e na Educação do Campo.

Integra este Dossiê comemorativo artigo que trata do conjunto das políticas de formação de educadores do campo que têm sido produzidas pela Linha, passando pelas diferentes políticas públicas conquistadas pelos trabalhadores. E, reafirmando a centralidade do trabalho de formação docente feita por esta Linha, queremos nesta parte de nosso artigo, dada a importância da matriz formativa das LEdoCs, para o conjunto do Movimento Nacional da Educação do Campo, destacar as contribuições que o Mestrado Profissional em análise tem aportado ao aprofundamento teórico de tal política, que já foi objeto de análise no Programa em diferentes dissertações.

Entre as temáticas eleitas por tais pesquisas sobre as LEdoCs, no PPGEDUCAMPO, encontram-se temas cruciais para a garantia do direito à educação superior dos camponeses, como por exemplo, os desafios do acesso e permanência nas LEdoCs pelos sujeitos do campo; a importância da Alternância como estratégia e modalidade de oferta do ensino superior; a centralidade da cultura como matriz formativa e a potencialidade das Artes na formação dos educadores do campo (SILVA, 2017; SANTANA, 2019; SILVA, L. 2019) .

Importante destacar que os cursos de Licenciatura analisados não são só os da própria UFRB, pois também tem sido foco de pesquisa a oferta da LEdoC pela UNEB. Neste sentido, julgamos ser necessário trazeremos mais alguns elementos fundantes desta política de formação docente, com a perspectiva de destacar as enormes contribuições do referido Mestrado ao tê-la como tema de pesquisa e de proposição de ações concretas.

A primeira questão que queremos trazer sobre a importância do referido Mestrado pesquisar as LEdoCs é compreendê-las dentro do paradigma que se colocam tais cursos de formação de educadores: dentro da Epistemologia da Práxis (VASQUEZ, . É a partir dessa ideia da Licenciatura em Educação do Campo inserida no campo da Epistemologia da Práxis que consideramos importante trazer alguns elementos do seu projeto político pedagógico.

Para compreendermos o projeto político pedagógico da Licenciatura em Educação do Campo e a importância desta política, que lhe dá este lastro que nos faz destacar a significância do Mestrado da UFRB vir produzindo pesquisas sobre ela, é fundamental entender a sua origem, compreender de onde ela vem. Essa proposta de formação de educadores é diferente das outras, porque tem a grande especificidade que entendemos que a difere das demais licenciaturas: é por causa da sua materialidade de origem, porque ela já nasce vinculada, ela é resultado concreto da luta da própria classe trabalhadora. Ela já foi concebida intrinsecamente

articulada ao desafio do campesinato brasileiro de pensar como trabalhar com o conhecimento científico como aliado; como ferramenta que possa contribuir para que ele possa continuar existindo enquanto tal, continuar existindo e resistindo enquanto campesinato.

Os sujeitos coletivos organizados do campo e em luta, entenderam em meados da segunda metade dos anos 90, que dada a mudança fundamental que vivíamos no País, da lógica de acumulação de capital no campo era necessário que eles se valessem do conhecimento científico como ferramenta para ajudá-los a enfrentar o principal desafio pelo qual passavam que era exatamente a sua desterritorialização. A nova lógica de acumular capital no campo, ou seja, o modelo agrícola estruturado a partir do agronegócio, exatamente por precisar de um campo sem sujeito, de uma ruralidade de espaços vazios, como se diz na sociologia rural, precisa arrancar os sujeitos camponeses de seus territórios, precisa de um campo sem sujeitos para implementar a sua lógica de organização da Agricultura que é uma lógica monocultora, extensiva, com utilização massiva de agrotóxicos, de profunda destruição da natureza.

Este processo de desterritorialização do campesinato é traduzido por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2012), que o sintetiza bem a partir da exposição da mundialização do capital na agricultura, quando nos traz o binômio a partir do qual se opera tal processo: “a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios”. Os conflitos no campo hoje não são mais questões locais, são questões mundiais, a luta de classes mudou completamente, pois não é mais o latifundiário tradicional a ser enfrentado, e sim trata-se da luta do campesinato contra grandes conglomerados internacionais contra a Monsanto, a Bunge, a Novartis, entre outros. A partir destes desafios as articulações e alianças com a classe trabalhadora também tem que estar no outro patamar. Esse processo de desterritorialização muito intenso, vai fazendo com que os camponeses, a partir da organização de diferentes sujeitos coletivos se articulem e construam a Educação do Campo como estratégia não só de garantia ao direito à Educação escolar, mas muito mais que isso, como estratégia de resistência a estes intensos processos de expulsão do campo. Articular o campo e a questão agrária é essencial à essência da Educação do Campo, é assim que ela nasce, a partir da criação do próprio PRONERA.

E, as pesquisas do Programa no âmbito da formação dos educadores camponeses, articulam muito bem as principais políticas públicas desta área, pois, não podemos falar de tais Licenciaturas, sem falarmos do PRONERA e de suas experiências de Formação de Educadores. E, novamente, a Linha de Formação de Educadores do Programa de Mestrado

em Educação Profissional do Campo da UFRB, está em excelente caminho, pois também esta política pública fundamental na história do direito à educação dos camponeses tem sido objeto de intensa e rica produção de pesquisa. (Alcântara, 2017)

Isso é imprescindível, porque a Licenciatura em Educação do Campo só pode estruturar elementos teóricos tão densos para seu projeto político pedagógico porque fundamentou-se na experiência das práticas anteriores de formação docente dos camponeses a partir dos cursos deste âmbito ofertados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Foi a partir dele que construímos os principais elementos dessa concepção de política de formação de educadores como os cursos de Pedagogia da Terra, aliás, muito deles também objeto de dissertações e pesquisas do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB.

É a herança dos 10 Anos dos cursos de Pedagogia da Terra (CALDART, 2007) efetuadas pelo PRONERA, que possibilitou que chegássemos em 2007 com acúmulo teórico suficiente para pensarmos como dar sequência à uma formação docente para atuação específica com o campesinato para além dos anos iniciais. A partir dessa grande articulação se pensa então em conceber uma Licenciatura que formasse os sujeitos do campo, que formasse assentados, acampados, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, quebradeiras de coco, coletores de açaí, os diferentes sujeitos camponeses existentes no nosso país, cuja produção material da vida vem da relação com a natureza, e se pensar como formar estes próprios sujeitos para educar nos anos finais do Ensino Fundamental e do ensino médio os sujeitos camponeses.

Hoje a Educação do Campo, é de fato das águas, é das florestas, ela tem os ribeirinhos, tem os quilombolas, os extrativistas, os indígenas. Ela traz os geraizeiros, traz as comunidades de fundo de pasto. São diferentes formas de produção material da vida que chega na educação superior e porque isso é tão relevante para que sigamos produzindo conhecimento sobre estes processos formativos que vão nos auxiliarem a encontrar os caminhos da Resistência.

São nos espaços de contradição, aonde a produção material da vida se dá, aonde a disputa de modelos entre agronegócio e Agricultura Familiar camponesa se faz, aonde a disputa de territórios se dá, é lá, a partir dessas contradições que a produção do conhecimento científico deve-se fazer não para os sujeitos, não a partir da teoria, mas com os sujeitos, com as suas vivências e com a compreensão que eles têm, com as contradições das forças desse local condicionadas, pensando a partir da ideia da totalidade das grandes questões, dos grandes conflitos nacionais e internacionais.

Muitos desses sujeitos pelos quais a Licenciatura foi pensada já atuavam nas escolas do campo, já atuavam nas Escolas Famílias Agrícolas, já atuavam nas escolas itinerantes nos acampamentos, já atuavam escolas de assentamentos, nas casas familiares rurais, enfim, em diferentes territórios e por isso se avança nesta segunda característica importante da Licenciatura em Educação do Campo, que a estratégia da oferta da educação superior que é educação superior em alternância, ou seja, tempos e espaços educativos nos quais se permite que esses sujeitos camponeses continuem mantendo o vínculo com seus territórios, continuem garantindo a sua produção material da vida, continuem estando inseridos nestas unidades escolares que atendem esses diferentes sujeitos e simultaneamente também estejam na educação superior.

São essas duas características muito importantes que garantem uma especificidade dessa política. E, neste ponto, também mister destacarmos quão relevantes em sido as produções do Programa sobre as EFAS, que tem sido pesquisadas a partir de diferentes dimensões no Programa, com foco em seus educadores; em seus educandos; com desdobramento de suas ações nos territórios; com suas práticas pedagógicas e, enfim, diferentes dimensões das EFAS tem sido foco de produção de pesquisa do PPGEDUCAMPO, o que tem contribuído par seu fortalecimento e protagonismo no território baiano.

A produção científica do Programa, ao articular à formação de educadores camponeses nesta perspectiva crítica e transformadora, reforça o papel das escolas do campo do território, na direção propugnada pelo Movimento da Educação do Campo: termos escolas que consigam ajudar a infância e a juventude camponesa a enfrentar esse processo de desterritorialização que essa nova lógica da acumulação de capital no campo impõe a esses sujeitos? Para isso então, o que é imprescindível? É transformar a forma escolar? E, um dos elementos centrais da Epistemologia da Práxis é pensar uma nova relação forma - conteúdo. É isso que é a Educação do Campo, se desafiou a pensar\fazer. É como transformar a forma escolar pensando que essas unidades educativas no campo elas devem ser capazes de contribuir com um enfrentamento desse grande desafio que esses sujeitos têm. E para isso então, nós precisávamos pensar um projeto político pedagógico capaz de superar a lógica da escola capitalista. Como nos ensina o Professor Luiz Carlos de Freitas (1995) , a escola capitalista ela tem duas características principais: ela exclui e subordina. A lógica de organização da escola capitalista tem esses efeitos e ao contrário disso, de uma escola que subordina, nós ousamos, nos desafiamos coletivamente a pensar como construir uma escola que seja capaz de formar lutadores e construtores do Futuro.

Nós queremos uma escola como nos ensina Pistrak (2009), que forme sujeitos lutadores e construtores do futuro. Isso, essa escola, então esse desenho de escola do campo faz com que nós pensássemos diferentes tempos e espaços educativos para o funcionamento dessa formação de educadores. Então entre esses elementos, da formação de educadores, que essa escola precisa fazer é, se nós queremos uma escola que supere essa lógica da escola capitalista que exclui e subordina, nós precisamos naquele desafio de pensar uma nova relação forma e conteúdo construir novas estratégias de socialização do conhecimento científico para que o conhecimento científico de fato seja uma ferramenta capaz de fazer os sujeitos camponeses compreenderem a sua realidade, mas não só compreenderem, nós queremos mais, nós queremos que eles compreendam criticamente a sua realidade, mas também sejam capazes simultaneamente de intervir sobre ela no sentido da sua transformação.

E, os diferentes materiais produzidos pelo Programa, que em função de ser um Mestrado Profissional, lhe permite ter não somente o formato de dissertações, como produto final, mas um conjunto articulado de diferentes tipos de trabalhos que possibilitem uma inserção concreta nestas unidades escolares, tem sido muito precioso para as escolas do campo do território baiano. Há, de fato, diversas tentativas de buscar superar a maneira tradicional de socialização dos conteúdos na escola capitalista que é uma forma de socialização fragmentada, a-histórica, sem sequência, que não ajuda os sujeitos a compreenderem também o conhecimento científico como produto histórico social, como uma produção de desafios que o homem enfrentou em determinados momentos da sua história e foi construindo conhecimentos científicos das diferentes áreas do conhecimento. Percebe-se, a partir dos vários produtos gerados pela Linha e dispostos no Catálogo dos 10 anos do PPGEDUCAMPO uma perspectiva de buscar promover a transformação da forma escolar (CALDART, 2010) de uma nova lógica para relação à forma e conteúdo na Escola do Campo.

A leitura dos trabalhos produzidos indica este grande esforço no neste Mestrado: realmente buscar formar educadores; gestores e militantes em perspectiva da educação para emancipação, do sentido da Práxis criadora e transformadora; elementos todos muito presentes nas práticas formativas deste tão importante Programa de Pós-graduação em Educação do Campo.

Também constatamos, não só pela leitura dos trabalhos, mas pelos depoimentos no Catálogo dos 10 anos do Programa, o quanto ele tem contribuído para fazer com que os educadores que passam pelo Programa sintam-se, e principalmente, sejam eles próprios capazes de formar os seus

educandos com os quais trabalharão, como sujeitos capazes de produção de conhecimento, realmente, como sujeitos de pesquisa, como sujeitos capazes de autonomia intelectual, autônomos, de pensar criticamente sobre sua própria realidade e sobre ela intervir.

É isso que nós entendemos ser um dos elementos principais da Epistemologia da Práxis, que se busca materializar que é fazer com que esses sujeitos educadores sejam capazes de refazer a própria teoria, pois à medida que eles vão avançando nos seus trabalhos coletivos que desenvolvem em seus espaços de atuação se valendo dos conhecimentos científicos vão construindo novas experiências, eles voltam às teorias e as ressignificam.

O Catálogo dos 10 anos do Mestrado (20013-2023) tem trabalhos incríveis que expressam esta enorme materialidade e potencialidade deste Programa de Pós-graduação. Neste Catálogo que traz o resultado da produção do conhecimento científico dos 10 anos do Programa, seja nas suas 37 dissertações produzidas, seja nos diferentes e extremamente relevantes materiais, como Cartilhas; Dossiês; Memórias etc. se encontra uma enorme contribuição ao desenvolvimento de novas lógicas da organização escolar e do método do trabalho pedagógico nas escolas do campo de toda a região e de outros estados também.

Entendemos que esta proposta de formação de educadores do Programa tem trabalhado na direção proposta pelo Movimento de Educação do Campo considerando indissociavelmente esses elementos: Terra; trabalho; território; educação; identidade e , cultura. E por isso que nós reafirmamos o quão relevante tem sido a produção de conhecimento do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB: porque a imensa riqueza e potencialidade desta Pós Graduação é o fato de já estar produzindo, *com* os sujeitos camponeses, uma produção do conhecimento científico ligado à realidade; à materialidade; às contradições e desafios de cada território e bioma nos quais encontram seus educandos\educadores\ pesquisadores\intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

Considerações Finais

Finalizamos este artigo com uma satisfação imensa em reconhecer o compromisso e as contribuições do Programa de Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB com o fortalecimento das escolas públicas do campo e da política estruturante da formação de educadores e educadoras do campo, explicitadas com as reflexões que realizamos nas duas seções anteriores deste artigo.

Enquanto pesquisadores e militantes do Movimento da Educação do Campo temos convivido com os docentes e discentes do PPGEDUCAMPO, por meio de palestras, participação em bancas de qualificação e defesa de Dissertações, em eventos científicos locais, nacionais e internacionais, contribuindo e ao mesmo tempo aprendendo com as especificidades, inovações, produções acadêmicas e outras de caráter mais pedagógico e profissional, estratégias de investigação e organização do próprio Mestrado em Alternância que têm sido protagonizadas nestes 10 anos de existência do Mestrado em Educação da UFRB.

No âmbito da Formação inicial e continuada de professoras e professores do campo, o PPGEDUCAMPO da UFRB vem conseguindo materializar há 10 anos, uma proposição que ainda se encontra no horizonte das políticas e programas educacionais articulados em torno do PRONACAMPO, que é a formação em nível de pós-graduação estrito sensu, em forma de mestrado acadêmico ou profissional dos educadores e educadoras que atuam nas escolas do campo.

Nas reflexões que realizamos ao longo do texto sobre a práxis do Mestrado Profissional de Educação do Campo da UFRB, destacamos: o objetivo de qualificar educadores(as) para redefinir suas práticas pedagógicas e os modelos de gestão das escolas do campo; possuir uma linha de pesquisa pra tratar da formação de educadores vinculada à organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo de Educação Básica; organizar suas atividades acadêmicas em Alternância oportunizando aos seus mestrandos camponeses continuarem mantendo o vínculo com seus territórios, garantindo a sua produção material da vida, inseridos e intervindo nas unidades escolares de suas comunidades e em seus territórios; inserção de parte relevante do seu corpo docente nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo da UFRB, com diversos projetos de extensão e pesquisa, com as escolas do campo da Bahia, em ações de formação continuada, com o Escola da Terra; com as Escolas Famílias Agrícolas; com as escolas dos assentamentos e acampamentos; e se referenciar com a Epistemologia da Práxis na formação dos mestrandos/ educadores tornando-os qualificados para a produção de conhecimento como sujeitos de pesquisa, com autonomia intelectual, de pensar criticamente sua própria realidade e nela intervir.

Essas e muitas outras características da práxis do Mestrado Profissional da Educação do Campo da UFRB, abordadas ao longo do texto, evidenciam a imensa riqueza e potencialidade desta Pós Graduação, e poderia ser sintetizada com a sua intervenção em sintonia com as demandas do Movimento da Educação do Campo, de produzir

conhecimentos científicos *com* os sujeitos do campo, das águas e das florestas, valorizando seus conhecimentos tradicionais, e utilizando-os como aliado, como instrumento para que o campesinato brasileiro, em sua constituição pluriversa, continue existindo e resistindo enquanto campesinato.

Referências

ALCÂNTARA, Francisco Helson do Carmo. 20 ANOS DE PRONERA: as contribuições para a construção da Educação do Campo no Maranhão. Dissertação, Mestrado Profissional em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/docs/category/16-turma-2017>

BARRETO, Ítala Cristina Machado França; SANTOS, Fábio Josué de Souza; MOURA, Terciana Vidal [et al.] (Orgs). Mestrado Profissional em Educação do Campo: 10 anos: 2013 – 2023. IV Congresso Internacional; VI Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação; Seminário 10 anos do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, 28 nov. – 01 dez. 2023. Amargosa, BA, 2023.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002, CNE/CEB 5.) Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB n. 02 de 28 de abril de 2008). Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Decreto n. 7.352, de 04 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 nov. 2010. p.1.

CALDART, R.S. Desafios à transformação da forma escolar. In: _____ (Org.). Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v. 1. 248 p.

PRONERA. Intencionalidades na formação de educadores do campo: reflexões desde a experiência do curso “Pedagogia da Terra da Via Campesina”. Cadernos do ITERRA, Veranópolis, ano VII, n. 11, p. 9-52, maio 2007.

FREITAS, L.C. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. Campinas: Papirus, 1995.

FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo. Carta-Manifesto 20 Anos da Educação do Campo e do PRONERA. Brasília-DF, 15 de junho de 2018. (digitalizado)

FONEC, Plataforma da Educação do Campo para o Governo Lula. Brasília-DF, 2022. IN: <https://fonec.org/wp-content/uploads/2022/09/Plataforma-Educacao-do-campo.pdf> . Acesso em 6 de agosto de 2024.

FPEC. Combate ao fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombola. Documento base do VII Seminário no Estado do Pará. Castanhal - Pará. 2024. (digitalizado)

GEPERUAZ. Relatório Técnico de Pesquisa: *Trabalho, Natureza e Cultura como referências para a construção da Escola Pública do Campo na Amazônia*, sob a coordenação do Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage, com o apoio do CNPq – com aprovação na Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 – Universal. Belém – Pará. 2023. (digitalizado)

MATOS, Luma Silva. Acesso e permanência dos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo no ensino superior. Dissertação, Mestrado Profissional em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2017. 120 págs. Disponível: <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/docs/category/14-turma-2015>

MOLINA, Mônica Castagna. 20 Anos do Pronera e da Educação do Campo. In Memória dos 20 Anos da Educação do Campo e do PRONERA. (Org. Guedes, C. et all) Brasília,

Gráfica Cidade. 2018 Disponível: https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Memoria-dos-20-anos-da-educacao-do-campo-e-do-PRONERA_16.04.2021.-1.pdf

MOLINA, Mônica Castagna. Prefácio. In Feitosa, Debora Alves . Pesquisa em Educação do Campo. Editora UFRB. 2022. 338.págs. Disponível https://issuu.com/edufbr/docs/pesq_em_educ_no_campo.

OLIVEIRA, A.U. A mundialização da agricultura brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., Bogotá. Actas... Barcelona: Geocrítica, 2012. v. 1. p. 1-15. Disponível: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>.

PISTRAK, M.M. A Escola-Comuna. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTANA, MARTA CRISTINA DA CRUZ. Educação do Campo e Alternância na Licenciatura em Educação do Campo/CFP da UFRB . Dissertação, Mestrado Profissional em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2019. 315 págs. Disponível: <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/docs/category/16-turma-2017>.

SILVA, Lúcia Barreto. Arte e Educação do/no Campo: identidades reveladas nos modos de expressão artísticas dos/as licenciados/as da UNEB. Dissertação, Mestrado Profissional em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2019, 162 págs. Disponível: <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/docs/category/16-turma-2017>

UFRB. Mestrado Profissional em Educação do Campo. Universidade Federal do Recôncavo da Baía. Objetivos. Amargosa – Bahia. 2024. IN: <https://www.ufrb.edu.br/ppgeducampo/caracterizacao-do-programa/24-objetivos> . Acesso em 6 de agosto de 2024.

UFRB. Linhas de Pesquisa. IN: <https://www.ufrb.edu.br/ppgeducampo/linhas-de-pesquisa>. Acesso em 6 de agosto de 2024.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Expressão Popular. 2007.

VERDÉRIO, Alex. A produção Acadêmico-Científica no Mestrado Profissional em Educação do Campo CFP, UFRB (2014 – 2020). IN: BARRETO, Ítala Cristina Machado França; SANTOS, Fábio Josué de Souza; MOURA, Terciana Vidal [et al.] (Orgs). Mestrado Profissional em Educação do Campo: 10 anos: 2013 – 2023. IV Congresso Internacional; VI Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação; Seminário 10 anos do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, 28 nov. – 01 dez. 2023. Amargosa, BA, 2023.

Submetido em março de 2024

Aceito em maio de 2024

Publicado em agosto de 2024

